



Conselho
Regional de
PSICOLOGIA SP

PSI

nº 197 • Setembro | Outubro | Novembro • 2020

Psicologia

58 anos
da profissão
no Brasil



PSICOLOGIA NA PANDEMIA



**A Psicologia é para
todo mundo**
E se faz com Direitos Humanos!

4 **ATUAÇÃO ÉTICA:**
Para que e quem se
pratica a Psicologia
neste momento?

6 **COTIDIANO:**
Orientar, fiscalizar
e dialogar na pandemia

23 **SAÚDE MENTAL:**
Prevenção
ao suicídio



ÉTICA | ENTREVISTA COM BRÔNIA LIEBESNY
SOBRE ATUAÇÃO EM TEMPOS DE COVID-19

COTIDIANO | ORIENTAR, FISCALIZAR
E DIALOGAR NA PANDEMIA

ASSEMBLEIA ORDINÁRIA | PELA PRIMEIRA VEZ
EM AMBIENTE VIRTUAL

PERSPECTIVA DA/O USUÁRIA/O | A TRAJETÓRIA DE
UMA EDUCADORA E PSICOPEDAGOGA TRANSEXUAL

ARTIGO | PSICOLOGIA HOSPITALAR NO
CONTEXTO DO NOVO CORONAVÍRUS

CAPA | PSICOLOGIA NA PANDEMIA

UM DIA NA VIDA | RELATOS SOBRE DESAFIOS
ATUAIS DO ENSINO-APRENDIZAGEM

SAÚDE MENTAL | A PREVENÇÃO DO SUICÍDIO

ORIENTAÇÃO | MODALIDADE REMOTA

SUBSEDES | PSICOLOGIA EXPANDE REPRESENTAÇÕES
DE PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

10 ANOS DO CEDOC | HISTÓRIA, MEMÓRIA
E DISSEMINAÇÃO DA PSICOLOGIA NO ESTADO

ECA + 30 | A GENTE LUTA, A GENTE BRINCA

ESTANTE | PARA ESTUDAR E COMPREENDER O ECA

4

6

10

11

14

16

20

23

24

26

28

29

31



PSI

Publicação do Conselho Regional de Psicologia
de São Paulo, CRP SP, 6ª Região

Diretoria

Presidenta | Beatriz Borges Brambilla
Vice-presidenta | Ivani Francisco de Oliveira
Secretária | Raizel Rechtman
Tesoureiro | Rodrigo Toledo

Conselheiras/os

Ana Paula Hachich de Souza, Annie Louise Saboya Prado, Beatriz Borges Brambilla, Clarissa Moreira Pereira, Edgar Rodrigues, Eduardo de Menezes Pedroso, Emanuela Priscila Toledo Arruda, Ione Aparecida Xavier, Ivani Francisco de Oliveira, Jessica Tomaz da Costa Silva, Julia Pereira Bueno, Jumara Silvia Van De Velde, Lauren Mariana Mennocchi, Lilian Suzuki, Luana Alves Sampaio Cruz Bottini, Luciane de Almeida Jabur, Maria da Glória Calado, Maria Mercedes Whitaker Kehl Vieira Bicudo Guarnieri, Maria Rozinetti Gonçalves, Mônica Cintrão França Ribeiro, Mônica Marques dos Santos, Murilo Centrone Ferreira, Raizel Rechtman, Rita de Cássia Oliveira Assunção, Rodrigo Toledo, Sarah Faria Abrão Teixeira, Sulamita Jesus de Assunção, Talita Fabiano de Carvalho, Tatiane Rosa da Silva

Realização

Coordenação de Relações Externas CRP SP

Andréa Licht, Tiara Vaz Ribeiro

Estagiária Jaqueline Melo

Jornalista responsável Gabriela Moncau (MTB 0069610 SP)

Reportagens Guilherme Garcia, conselheiras/os e colaboradoras/es do CRP SP

Edição Guilherme Garcia, conselheiras/os e colaboradoras/es do CRP SP

Direção de arte e Capa Paulo Mota

Fotos internas Divulgação, Arquivo CRP SP, iStock e Freepik

Revisão CRP SP

Impressão Rettec Artes Gráficas e Editora Ltda.
Tiragem 121.000

Sede CRP SP

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América

Cep 05410-020 São Paulo SP

Tel. (11) 3061-9494 | fax (11) 3061-0306

E-mails

Atendimento | atendimento@crpsp.org.br

Diretoria | direcao@crpsp.org.br

Informações | info@crpsp.org.br

Centro de Orientação | orientacao@crpsp.org.br

Administração | admin@crpsp.org.br

Relações Externas | relacoesexternas@crpsp.org.br

Site

www.crpsp.org.br

Subsedes CRP SP

Alto Tietê | tel. (11) 2378-0326

Assis | tel. (18) 3322-6224, (18) 3322-3932

Baixada Santista e Vale do Ribeira | tel. (13) 3235-2324, (13) 3235-2441

Bauru | tel. (14) 3223-3147, (14) 3223-6020

Campinas | tel. (19) 3243-7877, (19) 3241-8516

Grande ABC | tel. (11) 4436-4000, (11) 4427-6847

Ribeirão Preto | tel. (16) 3620-1377, (16) 3623-5658

São José do Rio Preto | tel. (17) 3235-2883,

(17) 3235-5047

Sorocaba | tel. (15) 3211-6368, (15) 3211-6370

Vale do Paraíba e Litoral Norte | tel. (12) 3631-1315



A PSICOLOGIA EM TEMPOS ADVERSOS

Neste ano, com tantas adversidades, estamos enviando um único JORNAL PSI. Esta edição marca nosso compromisso em assegurar a orientação e o diálogo permanente com a categoria no estado de São Paulo.

A pandemia do novo Coronavírus tem sido marcada por conflitos no campo da política, pauperização social, crescimento da precarização do trabalho e do desemprego, ameaça à democracia e aos direitos humanos.

Nós, psicólogas/os, fomos convocadas/os a atuar na linha de frente nesta conjuntura. A pauta da saúde mental foi evidenciada, especialmente pelas consequências psicossociais da pandemia, o medo do vírus e da morte, a falta de informação de qualidade, a ausência de medidas públicas efetivas, o isolamento prolongado e a desigualdade, afetando ainda mais as populações já vulnerabilizadas.

Nas diversas áreas de atuação – nos consultórios (por meio do atendimento virtual), nas políticas públicas, no SUS – seguimos no trabalho presencial construindo medidas de cuidado; no SUAS assegurando direitos de sobrevivência e acolhimento às populações e enfrentamento das situações de violência, em especial a doméstica; na educação com os desafios do ensino remoto e da desigualdade digital; no âmbito do Sistema de Justiça-Criminal denunciando as situações de violações de direitos; nas organizações, mantendo o apoio a trabalhadoras/es. Mostramos à sociedade brasileira um fazer

psicológico com ética e compromisso social. Acima de tudo, somos solidárias/os às milhares de vidas perdidas em razão da Covid-19.

Desde março de 2020 temos: (a) orientado a categoria com publicações consistentes para atuação com ética e compromisso social; (b) realizado articulação permanente com as entidades e órgãos públicos, orientando o governo com relação à atuação da Psicologia como instrumento de enfrentamento da pandemia – visando a mitigação de riscos, considerando o cenário de emergência e calamidade pública; (c) articulado com órgãos públicos e movimentos sociais na defesa de direitos; (d) disseminado informação de qualidade e confiança para a categoria e a sociedade, fazendo das redes sociais do CRP SP uma importante fonte de dados e acolhimento.

Portanto, essa edição é síntese do acúmulo de questões que nos afetam na profissão. Você poderá conferir matérias que refletem temáticas e situações cotidianas de nossas vidas enquanto psicólogas/os.

O XVI Plenário convida todas as pessoas a se somarem na construção desta gestão, participando das atividades, grupos de trabalhos e comissões. Construir uma profissão com fundamentação científica, posicionamento ético-político e rigor é um dever comum. Desta forma, ecoamos: Psicologia é para todo mundo, e se faz com Direitos Humanos!

Desejamos uma boa leitura!

**XVI Plenário do Conselho Regional
de Psicologia de São Paulo**

“PARA QUE E QUEM ESTOU PRATICANDO A PSICOLOGIA NESTE MOMENTO?”

Atuante na construção do Código de Ética Profissional da/o Psicóloga/o, Brônia Liebesny apresenta suas perspectivas frente a pandemia

Psicologia
58 anos
da profissão
no Brasil

Ainda que 2020 não tenha terminado, já podemos afirmar: será um ano que levaremos conosco. Enquanto sujeitos e profissionais da Psicologia, enfrentamos coletivamente o luto, o isolamento, o distanciamento social, as ausências, as adaptações, as incertezas, entre outros. Seguimos e seguiremos vencendo as suas marcas. Questões éticas profundas emergem e nos fazem pensar sobre o papel das/os psicólogas/os neste momento histórico.

Para nos ajudar a pensar a atuação ética da Psicologia na pandemia, entrevistamos Brônia Liebesny. Psicóloga há quase 50 anos, mestre e doutora em Psicologia Social, Brônia participou da elaboração do atual Código de Ética Profissional da/o Psicóloga/o, sendo figura ativa na construção de uma Psicologia

comprometida com os Direitos Humanos. Ela compartilha as suas perspectivas sobre o assunto:

Como é possível pensar a Psicologia na perspectiva do compromisso ético neste momento?

Brônia: Independentemente da pandemia, os aspectos éticos na atuação profissional não mudam. Continuamos a ver o sujeito como um ser de direitos sociais, entre eles o da saúde, onde nos inserimos. A pandemia, no entanto, ressaltou formas de vivência muito específicas. Devemos, então, entender como as restrições associadas à pandemia - o não acesso a informações fidedignas, as condições pessoais e familiares, de trabalho e subsistência, etc - estão sendo subjetivadas pelos indivíduos, de modo que possamos entender suas necessidades psíquicas e, assim, atuar de forma ética e eficaz.



O que é preciso considerar no exercício profissional num contexto de pandemia, onde são muitas as possibilidades de inserção da Psicologia (nas políticas públicas, no campo hospitalar, da Assistência Social, etc)?

Brônia: A inserção da/o psicólogo/a nas diversas áreas se dá, primordialmente, por meio de sua participação em equipes multi e interprofissionais. Nelas, sua informação específica sobre os processos de subjetivação da realidade pelos indivíduos auxiliará na leitura mais abrangente dessa realidade e das ações possíveis para garantia dos direitos à saúde e das condições para sua concretização.

Como você entende que a Psicologia, na prestação de serviços à coletividade, pode contribuir em situações de calamidade com compromisso ético e em defesa dos Direitos Humanos?

Brônia: Em primeiro lugar e, primordialmente, no reconhecimento dos sujeitos como cidadãos de direitos. No caso, no reconhecimento à saúde e, portanto, às condições de existência que lhes permitam tê-la. Isso significa, por exemplo, o acesso do sujeito às informações pertinentes por parte das instituições públicas e o reconhecimento e o acolhimento do sofrimento subjetivado. De modo a permitir ao serviço público a possibilidade do melhor desenho de atendimento; e ao indivíduo, a possibilidade de acesso e compreensão de seu processo como sujeito social.

Você considera que os Princípios Éticos da Psicologia e o compromisso na defesa de Direitos Humanos têm contribuído para a reflexão da sociedade frente aos dilemas atuais?

Brônia: Este é um dado difícil de quantificar, mas, com certeza, percebe-se um caminho trilhado no tempo para esta direção. Há maior inserção - que ainda poderia ser maior - da/o psicólogo/a nas instituições de atendimento público e privado à saúde, à educação e à assistência. Há maior aceitação de informação dos órgãos de representação (Sistema Conselhos) ao público, em meios reconhecidos que se preocupam em chamar profissionais vinculados a reflexões e práticas promotoras de protagonismo do sujeito para sua saúde. A informação sobre as boas práticas psicológicas pode ajudar o cidadão a reconhecer os objetivos delas

em seu benefício, aprimorando seus critérios de procura da saúde. Também as instituições formadoras de psicólogas/os (universidades) devem ter responsabilidade por esta contribuição à reflexão da sociedade, ao formar profissionais psicólogas/os críticas/os e abertas/os às reflexões éticas e transformações sociais nesta direção.

Como você vê as práticas cotidianas da atuação das/os profissionais de Psicologia no cenário atual?

Brônia: Mais do que as próprias práticas - mas não fora delas -, o compromisso ético é responsabilidade da/o profissional psicólogo/a ao adaptar-se às novas condições concretas sem perder o que está sendo chamado de "essencialidade da Psicologia". Os sujeitos de direitos, assim reconhecidos pela Psicologia, é que seriam a "essencialidade" dela; a Psicologia é instrumento, por meio de sua prática refletida, de transformação da/o própria/o psicólogo/a e dos sujeitos dessa sua prática. Manter o compromisso ético parte de uma reflexão básica: para quê e quem estou praticando a Psicologia neste contexto?

Como você avalia a utilização de tecnologias da informação e da comunicação (RESOLUÇÃO Nº 04/2020) neste cenário?

Brônia: A responsabilidade pela manutenção do compromisso ético da Psicologia nos processos de trabalho está na/o profissional psicólogo/a. A ela/e cabe a reflexão sobre a escolha das tecnologias, com respeito aos indivíduos e a certeza de que os princípios fundamentais do Código de Ética Profissional estejam presentes nas relações estabelecidas nos meios selecionados. Estes itens não devem ser transgredidos em nome da utilização da tecnologia. O atendimento on-line até há pouco só se referia a situações específicas e especiais. Agora é um novo *modus operandi* nas relações, que poderá continuar a ser útil em determinadas situações. Pessoalmente não creio, no entanto, que poderá substituir todos os níveis de relações entre a/o profissional psicólogo/a e os sujeitos (grupos, instituições, pares). Porém, como todas as inovações e renovações, após reflexões resultantes deste período excepcional, uma avaliação conscienciosa nos dará o respaldo para construção da moldura possível a novas formas de atuação, respeitados os princípios éticos da profissão.



ORIENTAR, FISCALIZAR E DIALOGAR NA PANDEMIA

Desafios, aprendizados e enfrentamentos do CRP SP em 2020

Ilustração: iStock / Micael Melchhiades / Paulo Motta

Mal passou o Carnaval e o ano de 2020 mostrou que seria difícil e histórico. Para além da calamidade sanitária, no Brasil vivemos uma série de embates recentes. Entre eles, as eleições municipais, as disputas em torno da vacina, as queimadas, as denúncias de corrupção, o apagão no Amapá, o aumento da desigualdade social, a crescente precarização do trabalho, além de avanços e retrocessos em diversas áreas.

Durante o primeiro semestre, frente as imposições resultantes do período mais agudo da pandemia, o Conselho organizou-se e atuou estrategicamente em cinco eixos: Atendimento e Gestão Administrativa; Orientação à categoria; Diálogo com a Sociedade; Gestão da pandemia na perspectiva das Emergências e Desastres e Gestão com Autoridades e movimentos sociais.

Desde março trabalhando de forma remota, o CRP SP tem experimentado, por um lado, desafios demandados pelo novo contexto. Por outro, a firme manutenção de seus posicionamentos diante de temas tão importantes à Psicologia.

“Temos pensado em nossas ações de orientação e fiscalização a partir do investimento em tecnologias de informação e comunicação, de modo a ampliar as possibilidades de participação e aproximação da categoria”, destaca Beatriz Brambilla, presidenta do CRP SP, sobre alguns dos aprendizados da gestão durante este ano. “Outras questões dizem respeito à Psicologia enquanto atividade essencial nesse momento e também possibilidade efetiva de garantia de direitos e promoção de saúde”, elenca. Para Brambilla, a defesa da democracia “e a certeza de que a Psicologia para todo mundo se faz com políticas públicas” são pontos centrais da atuação do Conselho, “ao reconhecer as diferenças e desigualdades que marcam e estruturam a nossa sociedade”.

O atendimento administrativo à categoria

Com a implementação da plataforma de Atendimento On-Line (Resolução CFP 05 de 07/04/2020), as demandas de serviços remotos aumentaram. De abril até setembro 4.155 atendimentos on-line foram realizados e 48.111 e-mails respondidos.

Entre janeiro e outubro foram feitas 7.863 novas inscrições de profissionais. Para dar suporte as/aos novas/os inscritas/os, foi criado o "CRP Acolhe", alternativa on-line às cerimônias de entregas das Carteiras de Identidade Profissional (CIP), que visa acolher e apresentar as atribuições do CRP SP, a gestão do XVI Plenário e orientar as/os novas/os inscritas/os sobre o exercício profissional.

Com o aumento significativo de envio de e-mails, o endereço eletrônico do CRP SP passou a ser identificado por alguns provedores como SPAM e lixo eletrônico, o que tem demandado ações mobilizadoras da autarquia. Entre elas, a orientação para que as/os psicólogas/os verifiquem também o SPAM e lixo eletrônico de seus e-mails.

Prezando pela atuação ética da profissão

Para atender as funções essenciais de orientar, fiscalizar e zelar pela ética da Psicologia, a Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) e a Comissão de Ética (COE) estiveram em constantes alinhamentos, discussões e diálogos com o Sistema Conselhos de Psicologia para a elaboração de orientações para a atuação profissional na pandemia.

No primeiro trimestre de 2020 tramitaram 820 Processos Éticos e Ordinários na Comissão de Ética; 36 processos foram encaminhados à Mediação; 24 novas representações foram analisadas e a Plenária apreciou 29 processos. No segundo trimestre, a tramitação de processos foi suspensa pela impossibilidade de circulação em meio físico.

A COE, então, avançou em discussões sobre ética e mediação em diferentes espaços (transversalidade), com revisão de fluxos e protocolos de trabalho para adaptação à nova norma de tramitação processual (Código de Processamento Disciplinar - CPD) e estudos para a implantação de um novo sistema.

O período de pandemia despertou angústias e incertezas na população, além de trazer à tona questões sociais nos âmbitos familiares, profissionais e relacionais, exigindo acolhimento. Os serviços psicológicos aumentaram significativamente suas demandas e uma preocupação do CRP SP foi fornecer subsídios para que a prática profissional pudesse se adaptar para continuar ocorrendo com a ética e a qualidade necessárias.

Foram fundamentais a discussão, sistematização e a rápida disponibilização das orientações à categoria por meio dos canais de comunicação do CRP SP. Entre elas, inaugurou-se a campanha "CRP Responde". *Você pode conferir as principais dúvidas e respostas na matéria de orientação, nas páginas 24 e 25 desse jornal.*

Resoluções, Portarias e demais documentos

O contexto da pandemia impactou significativamente as questões normativas legislativas do CRP SP e do Sistema Conselhos como um todo. Foram produzidos mais de 450 documentos para diversos fins. Dentre eles estão a [recomendação da adoção de medidas sanitárias para atuação em proteção social e geração de trabalho e renda na pandemia](#), enviada ao Governo do Estado de São Paulo; bem como as resoluções e portarias que buscam dar o aporte necessário para os trabalhos das/os psicólogas/os, o funcionamento do próprio Conselho e a garantia da melhor representação dos interesses e necessidades da categoria na autarquia em tempos tão difíceis.

Entre as novas normas criadas destacamos a Resolução CFP 04/20 (que regulamenta a prestação de serviços psicológicos por meio de tecnologia da informação); a Resolução CFP 05/20 (que possibilitou o atendimento administrativo durante a pandemia); a Resolução CFP 09/20 (que trata sobre a Avaliação Psicológica); e a Recomendação CNS 48 07/20 (sobre estágios e práticas na área da saúde).

Em defesa das políticas sociais consideradas prioritárias durante a pandemia, foi criada uma seção especial no site da autarquia: o [CRP Apoiá](#). Lá estão organizadas todas as cartas abertas lançadas pelo Conselho.

A comunicação com as/os psicólogas/os e a sociedade

O CRP SP tem intensificado suas produções e diálogos com a categoria e a sociedade. Foram mais de 12 milhões de pessoas alcançadas nas redes sociais e 250 novos artigos publicados no site de janeiro a setembro deste ano.

As lives inauguraram novo formato de comunicação, com debates semanais transmitidos ao vivo nos

canais do Conselho. As rodas de conversa on-line abriram novas possibilidades de diálogos da Psicologia, conectando psicólogas/os de todo o estado de São Paulo para trocas sobre assuntos de pertinência ampla e também territorial. O site especial “O Coronavírus e a Psicologia” foi lançado no início da pandemia, para informar e orientar as/os psicólogas/os.

A campanha #COVIDNaReal, por meio de conteúdos com linguagem acessível, informativa e didática, ocupou-se de mobilizar o público em geral sobre os impactos psicossociais da pandemia na vida das pessoas. Buscou-se também uma maior aproximação com a imprensa, fornecendo entrevistas para veículos e canais de comunicação por meio da seção CRP SP na Mídia.

Outras campanhas e ações

Ao longo deste ano, o Conselho se engajou em 20 campanhas com o intuito de informar a categoria e discutir temas pertinentes à classe e a toda a sociedade. Entre elas, a campanha de 30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA+30, a Gente Luta, A Gente Brinca); a Prevenção ao Suicídio; a campanha Saúde Mental é para todo Mundo e se faz com Direitos Humanos; Saúde Mental da População Negra Importa; A Psicologia antirracista é para todo mundo e se faz conscientizando e 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres.

Para compreender as questões e percalços na atuação profissional diante da pandemia, uma pesquisa respondida por quase cinco mil psicólogas/os inspirou a criação da Mostra de Práticas de Psicologia na Pandemia. A Mostra aconteceu em agosto e esteve associada às atividades do Dia da/o Psicóloga/o, com o intuito de promover a troca de conhecimentos e experiências e produzir memória social nesta situação de calamidade pública. *Confira alguns dos relatos na matéria de capa dessa edição do Jornal Psi.*

Também no Mês da/o Psicóloga/o, em que a regulamentação da profissão no Brasil completou 58 anos, foram veiculadas publicações sobre o vínculo indissociável entre Psicologia e Direitos Humanos, tema debatido na live especial “Psicologia em tempos de pandemia”. Além disso, lançou-se um manifesto pela pluralidade humana em nome da Psicologia, publicado na imprensa.

Para além destas campanhas, foram realizadas atividades evidenciando a importância do Mês do Orgulho LGBTQIA+, da Luta Antimanicomial, da Lei Brasileira de Inclusão (LBI) em seu 5º aniversário e de importantes datas do calendário dos Direitos Humanos.

Enfrentamentos: lógica capacitista entranhada na “nova” Política de Educação Especial

Em setembro, o governo federal emitiu o Decreto nº 10.502, que institui a “Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida” que carrega, em seu conteúdo, o contrário do que o título expressa. Em oposição ao modelo pautado na inclusão das pessoas com deficiência, o decreto visa à segregação – referida no documento como “os que não se beneficiam da escola regular” –, separando os que devem e os que não devem frequentar o ensino regular, barrando o acesso compulsório e ferindo o direito à educação equitativa e inclusiva.

“Nós, pessoas com deficiência, não fomos consultadas sobre a elaboração do decreto”, [atesta a psicóloga Natália Luiza Barnabé](#), portadora de atrofia muscular espinhal e participante da série de vídeos organizada pelo CRP SP em campanha contra o decreto. Em outro vídeo, [Melissa Mascarenhas, psicóloga e pessoa com deficiência física, classifica](#) o decreto como “um retrocesso no ensino para a população com deficiência no que diz respeito ao desenvolvimento e à manutenção dos aspectos afetivos, de socialização, psicomotores e cognitivos”. A psicóloga [Mirian Carolina Ferreira](#), também pessoa com deficiência, [alerta](#) que “uma vez que matrículas de estudantes com deficiência não sejam mais compulsórias, criar ambientes educacionais acessíveis e adaptados deixarão de ser uma urgência”.

Maria Rozineti, psicóloga e presidenta da COF do CRP SP, caracteriza o decreto como “pautado no modelo biomédico – que desconsidera a avaliação biopsicossocial prevista na Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e na Classificação Internacional de Funcionalidade”. Assim, considera que essa política reforça uma “lógica patologizante e medicalizante em relação à pessoa com deficiência e recupera um viés populista, discriminatório, segregador e mercantilista



Ilustração: Freepik / Paulo Mota

ao atender a uma parcela do mercado da educação especial, além de desresponsabilizar o Estado de investimento e garantia de uma educação pública para todas/os”.

Nessa perspectiva e em defesa da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI, 2008), o CRP SP tem atuado em diversas frentes. Entre elas, oficiando ministérios, solicitando a realização e audiências públicas; mobilizando deputados e senadores; produzindo campanhas de orientação e posicionamento à sociedade e à categoria, além do diálogo com movimentos sociais, entidades parceiras, órgãos de controle social, universidades e institutos de pesquisa.

Fundeb e Lei 13.935/2019

Ainda na área da educação, uma mobilização do CRP SP em conjunto com diversas entidades – como o CFP, o CFESS e o CRESS SP – pela aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, o Fundeb, foi vitoriosa. Como explica a psicóloga e conselheira Lilian Suzuki em [um dos vídeos](#) do CRP SP que integrou a campanha nacional #VotaFundeb, trata-se de “um fundo formado por recursos provenientes dos impostos e transferências dos

estados, distrito federal e municípios vinculados à educação por força do disposto no artigo 212 da Constituição Federal”.

Mesmo com resistência de uma parcela conservadora, em julho, a Câmara dos Deputados aprovou a PEC 15/2015 que tratava do Novo Fundeb. No mês seguinte, ela foi aprovada por unanimidade também no Senado.

Ainda que tenha sido garantida a verba pública para a educação básica em 2021, a luta ainda não está ganha. Apesar de aprovada, a PEC precisa ser regulamentada para garantir que seja aplicada de maneira justa, com distribuição de verbas para os municípios de acordo com suas necessidades, sem penalizar os municípios com “menor desempenho”. Esse aspecto é fundamental pois dele depende a efetiva aplicação da Lei 13.935/2019, que tem implicação direta para a Psicologia.

A Lei 13.935/2019, aprovada como fruto de uma mobilização de duas décadas, prevê a presença da Psicologia e do Serviço Social na educação básica. Sancionada em 11 de dezembro de 2019, a Lei 13.935 segue sem ser implementada pelo Governo do Estado de São Paulo. Assim, entidades da Psicologia, do Serviço Social e da Educação têm se articulado no “Comitê Estadual pela Implementação da Lei 13.935/19” por meio do qual demandamos diálogo com o governo estadual.

“O CRP SP se compromete a seguir articulando estratégias de defesa de direitos”, afirma Beatriz Brambilla: “especialmente diante das arbitrariedades do governo brasileiro que não adotou medidas suficientes para a o enfrentamento da Covid-19 e das consequências na vida da população brasileira, especialmente pessoas negras, pobres, idosas e mulheres”.

CRP SP REALIZA PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE MODO VIRTUAL

Proposta de anuidade, taxas e emolumentos para 2021 foram as pautas prioritárias do evento realizado em setembro



A [Assembleia Geral Ordinária](#) foi feita de modo on-line nesse ano tão extraordinário. Por meio de uma ferramenta de gestão especializada, operando em ambiente seguro e amplamente documentado, psicólogas/os se conectaram no dia 25 de setembro às 19h para deliberar sobre a proposta de anuidade, taxas e emolumentos para o ano de 2021.

Conforme previsto na lei, estiveram habilitadas/os para o voto as/os psicólogas/os com registro ativo e obrigações junto ao Conselho em dia até o ano de 2019 (quites ou em negociação) e também as/os psicólogas/os inscritas/os em 2020. Participaram 235 psicólogas/os habilitadas/os para votar. No momento da votação, havia 154 votantes.

“Estamos vivendo um momento – inclusive para a Psicologia – muito importante”, afirmaram Rodrigo Toledo, conselheiro e tesoureiro do CRP SP e a conselheira presidenta Beatriz Brambilla na abertura do evento, ao mencionarem o impacto e a letalidade da

pandemia de Coronavírus no país. “Nossa profissão tem se colocado na linha de frente para garantir direitos, promover saúde e cuidado para toda a população”, ressaltaram. O evento foi transmitido ao vivo e [segue disponível](#) no canal do CRP SP no YouTube.

Anuidade

Diante das dificuldades financeiras decorrentes da crise sanitária, e considerando as Leis 5.766/71 e 12.514/11 que não permitem a isenção da anuidade, o CRP SP, apresentou dois cenários possíveis para votação. Um deles com o reajuste legal pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e outro com a manutenção da anuidade de 2020. A proposta de manutenção do valor da anuidade sem reajustes foi aprovada por 84,4% das/os votantes presentes; 9,1% votaram pelo reajuste da anuidade; 1,9% se abstiveram e 4,5% não votou. Os valores de anuidade para 2021, portanto, permanecem da seguinte forma:

Pessoa física*: R\$ 483,70

Pessoa jurídica*:

Capital até R\$ 50.000: **R\$ 742,91**

Capital de R\$ 50.000 até R\$ 200.000: **R\$ 1.479,18**

Capital de R\$ 200.000 até R\$ 500.000: **R\$ 2.215,43**

Capital de R\$ 500.000 até R\$ 1.000.000: **R\$ 2.863,10**

Capital de R\$ 1.000.000 até R\$ 2.000.000: **R\$ 3.687,95**

Capital de R\$ 2.000.000 até R\$ 10.000.000: **R\$ 4.424,00**

Capital acima R\$ 10.000.000: **R\$ 5.896,72**

***Pagamento em até 5 parcelas conforme previsto pela Resolução CFP nº 06/2020**

Taxas e emolumentos:

Inscrição pessoa física: 10% da anuidade, corresponde a **R\$ 48,37**

Inscrição pessoa jurídica: 35% da anuidade, conforme valores ao lado

Segunda via CIP: 4% da anuidade, corresponde a **R\$ 19,34**

Descontos novos inscritos (Resolução 001/12, § 6), 20% da anuidade, corresponde a **R\$ 96,74**

Para emitir o boleto bancário, basta acessar anuidade.crsp.org.br



“VOU LUTAR ATÉ O FIM DA MINHA VIDA”

Alexandra viveu as violências estruturantes que atingem as mulheres trans. Com assistência psicológica e novos afetos, refez sua trajetória.

Alexandra hoje é ativista pelos direitos das pessoas LGBTQIA+.

Fotos: Arquivo Alexandra Braga

Nem mesmo a pandemia foi capaz de diminuir as violentas mortes de travestis e mulheres transexuais no Brasil. Ao contrário: o boletim de violência contra a população trans da ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) registrou, nos primeiros quatro meses deste ano, o maior índice de homicídios de travestis e mulheres transexuais desde 2017: 64 assassinatos oficiais.

Uma pessoa trans no Brasil vive, em média, até os 35 anos, enquanto a expectativa de vida da população em geral é de 75,5 anos. As violências contra essa parcela da população são tantas, e seus números tão impressionantes, que por vezes é preciso lembrar que por trás das estatísticas há nomes, rostos, sonhos interrompidos e pessoas em luto.

Alexandra Braga é psicopedagoga, professora da rede municipal e moradora de Mogi das Cruzes, São Paulo. Alexandra nasceu Anderson. Como parte das estatísticas, sofreu o ciclo de violências estruturantes que costuma recair sobre as mulheres trans: viveu a rejeição familiar, as agressões físicas e verbais nas ruas, o trabalho sexual e a precarização de suas condições de existência. Com assistência psicológica e novos afetos, refez sua trajetória. Alexandra conta a sua história ao *Jornal Psi*.

“Foi um período difícil, mas me fez forte”

“Sou uma mulher transexual de 42 anos. Chegar a essa idade assim, com um lar, um esposo e um cachorrinho, como educadora e respeitada em todos os lugares, é uma raridade. Quando me perguntam se preciso de mais direitos, digo que sim: qualquer pessoa, por mais que seja estruturada socialmente, precisa deles. Hoje eu olho especialmente para aqueles que ainda vivem à mercê no país que mais mata mulheres transexuais e travestis. Vou lutar até o fim da minha vida”, afirma Alexandra em meio a lágrimas no seu apartamento.

Aos 16 anos, Alexandra comunicou oficialmente à mãe que é transexual. A reação não foi a esperada e envolveu agressões físicas e verbais. “Ela disse que eu não era mais sua filha. Naquela época, mal se falava sobre isso. Foi muito difícil. Minha mãe era simplesmente um mecanismo dessa sociedade que exclui por orientação sexual e identidade de gênero, que acredita que se você não for aquilo que nasceu pra ser, não é mais ninguém. Essa situação está mudando graças à militância. Não aceitamos mais preconceitos, estamos buscando formas de mostrar que somos diferentes, que temos o direito de sermos quem somos”, declara.



Apesar das reações contrárias e do isolamento na própria casa, Alexandra continuou residindo com a família. Vivendo em turnos opostos aos dos pais e irmãos, enquanto todos dormiam durante a noite, ela trabalhava.

O trabalho sexual segue como destino para 90% das travestis e mulheres transexuais no Brasil. Apenas 4% da população trans feminina atua em empregos formais, com possibilidade de promoção e progressão de carreira. Não foi diferente com Alessandra: “Aonde eu iria conseguir emprego? Fui para a noite e lá trabalhei por alguns anos. Foi um período difícil, mas me fez forte”. O rompimento com um companheiro, que trabalhava com a venda ilegal de drogas, sensibilizou Alexandra sobre as suas potencialidades: “Certo dia, ele disse que ali não era o meu lugar. Que eu tinha condições de tomar outro rumo. Para tentar me tirar de lá, rompeu comigo”, conta Alexandra, que tinha, então, 20 anos. Ela seguiu trabalhando nas ruas.

Uma noite foi socorrer uma colega e acabou sendo agredida com um soco no nariz. Um homem que passava de carro parou para socorrê-la. Dirigiram-se ao hospital. Ao sair do atendimento, Alexandra viu que o homem a esperava para levá-la à casa dela. O encontro terminou com um selinho. “Pensei: ‘Que coisa estranha’”, lembra. O reencontro aconteceu dias depois: ela trabalhando em uma casa noturna, ele distribuindo material da escola de informática onde atuava. Alexandra e Alex estão juntos há 20 anos.

Em sentido horário: Alexandra em um ato político; dançando no Zumbi dos Palmares; em evento de música em Mogi das Cruzes; na Virada Cultural e no programa de TV “Caldeirão do Huck”.

Novas possibilidades

A rotina de Alexandra começou a mudar: gradualmente, deixou o trabalho sexual e buscou outros caminhos. Retomou os estudos, que haviam sido interrompidos quando revelou sua identidade transgênero. Alexandra completou o Ensino Médio com Alex em um programa de Educação para Jovens e Adultos. A escola teve um papel decisivo ao acolher o casal.

Mais que mérito pessoal, a história de Alexandra e do acolhimento que receberam na escola demonstra como uma sociedade inclusiva é aquela que garante a todas as pessoas o acesso a direitos.

No livro de chamadas, os professores foram orientados a utilizar o nome Alexandra, que naquele momento ainda tinha sua documentação com o nome masculino. “Isso foi importante para mim”, lembra. Concluída essa etapa, Alexandra obteve bolsa para cursar a graduação em Pedagogia. Na sequência, ingressou na pós-graduação, unindo sua paixão por ensinar a outra, a Psicologia, e concluiu o curso de Psicopedagogia. Pouco a pouco, Alexandra refez o vínculo com a família. Almoçavam juntos e ela voltou a participar dos passeios familiares.

Havia, contudo, uma questão que, se não é necessariamente motivo de incômodo para todas as mulheres trans, para Alexandra era causa de intenso sofrimento: a

vontade de passar pela cirurgia de redesignação sexual (CRS). “Estava feliz porque outras questões estavam se resolvendo. Mas o pênis sempre foi uma tortura. Quando eu ia ao médico, por exemplo, era constrangedor. Eu precisava me livrar do que me trazia dor”, lembra.

Apoio psicológico

Alexandra não conseguia se olhar no espelho e seu corpo inibia a intimidade com o seu parceiro. “Eu chorava muito por isso. Estava lá, no meio de uma festa, e, de repente, vinha o choro em razão da minha condição”. O desespero motivou três tentativas de suicídio, o que levou Alexandra a procurar apoio psicológico.

“Eu sempre questioneei muito a Deus sobre a razão de ele ter me feito assim. Aí o psicólogo me deu uma almofada e disse que ela era Deus. Eu deveria falar tudo o que queria para ela. Depois, eu era Deus; e a almofada, Alexandra. Foi um exercício interessante”, diz ela, que saiu da consulta com indicação para ir ao Hospital das Clínicas, do Sistema Único de Saúde (SUS), em São Paulo.

Alexandra foi ao hospital com a expectativa de fazer a redesignação sexual o quanto antes, mas, entre a primeira visita e o procedimento médico, foram anos de preparação envolvendo encontros semanais – em grupo e individuais – com psicólogos e psiquiatras. A etapa com acompanhamento especializado, segundo ela, foi fundamental para se conhecer e ter a certeza da decisão.

Ao mesmo tempo, vale ressaltar que a despatologização das identidades trans leva a sociedade a criar novas condutas, menos medicalizantes e sem a compulsoriedade da presença de psicólogas/os no processo.

“Foi um processo importante. Tive acompanhamento para a terapia hormonal, o que antes fazia por conta própria, com todos os riscos que isso traz. Fui me entendendo, sabendo que a cirurgia não iria mudar tudo num passe de mágica, que minha história continuaria ali, que seguiria como mulher trans, porém com melhor qualidade de vida, já que estaria me sentindo completa como eu me vejo socialmente”.



Bastidores da gravação de um programa de TV.

A cirurgia, uma das pioneiras no Hospital das Clínicas, foi bem-sucedida. Alexandra adaptou-se rapidamente ao seu novo corpo. Em sua opinião, o processo foi fundamental para a auto-aceitação, melhora na saúde e no bem-estar.

Seis meses depois, um novo evento impactou a vida de Alexandra: a participação em um programa de TV deu visibilidade nacional a sua história. A partir daí, ela ampliou seu papel como porta-voz na luta pelos direitos LGBTQIA+, chegando a participar de um documentário no canal National Geographic, da série Tabu Brasil.

Acompanhada de Alex e do pequeno cão Bruce, Alexandra conclui sobre a sua vida: “Hoje me sinto respeitada. Posso estar em qualquer ambiente e conviver com qualquer pessoa. Acho que a sociedade tem entendido que sou uma mulher transexual, e que isso é uma questão minha. Felizmente, posso estar até em uma sala de aula, educando os filhos dessa sociedade que um dia me discriminou”, afirma.

Alexandra é vice-presidenta da Associação Fórum Mogiano LGBT, da qual também é uma das fundadoras. Pretende, em um futuro não distante, ingressar na carreira política pelas vias tradicionais. Quer transformar aspirações em projetos e políticas públicas perenes e capazes de possibilitar mudanças na vida de quem é constantemente levado a rejeitar a própria existência. Alexandra acredita que as trajetórias de pessoas com orientação sexual não normativas podem ser, especialmente hoje, mais saudáveis que a sua.

Fotos: Arquivo Alexandra Braga



Dia 29 de janeiro é o Dia Nacional da Visibilidade Trans. Também foi a ocasião do lançamento do Documento de Orientação CRP 06 Nº 002/2019, sobre a atuação profissional de psicólogas/os no processo transexualizador e demais formas de assistência às pessoas trans, baseado na Resolução CFP 01/2018. O lançamento contou com eventos realizados na sede e sedes, com rodas de conversa e apresentação artística do Slam Marginália. Um dos trechos do documento elucida: “Quando refletimos sobre a subjetividade humana, logo nos deparamos com profundas facetas que versam sobre o processo de construção da identidade. Nossa cultura tem imposto compulsoriamente modelos de identidade cis normativas que historicamente patologizam e estigmatizam pessoas trans e pessoas não-binárias, produzindo sofrimento, dor, preconceito e violência contra essa população”.



O TRABALHO DA/O PSICÓLOGA/O NO CONTEXTO HOSPITALAR EM TEMPOS DE CORONAVÍRUS



Por M. Cristina Miyazaki e psicólogas/os do Serviço de Psicologia da FUNFARME e Departamento de Psicologia da Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto



A pandemia do novo Coronavírus impôs mudanças no estilo de vida das pessoas e provocou inúmeras perdas e inseguranças, acarretando consequências psicológicas, sociais, econômicas e políticas.

Os hospitais modificaram sua rotina para atender um número crescente de pacientes. A ausência de vacinas e de um tratamento efetivo fez com que inúmeros países adotassem medidas de isolamento social, fechando escolas, estabelecimentos comerciais e serviços não essenciais.

Estudos sobre o impacto da pandemia sobre a saúde mental da população ainda estão sendo realizados. Entretanto, os dados já existentes indicam repercussões negativas sobre a saúde mental da população e das/os profissionais trabalhando na linha de frente do enfrentamento à doença e aos seus efeitos.

Os relatos a seguir descrevem a atuação de psicólogas/os de um complexo hospitalar que inclui Hospital de Base, Hospital da Criança e Maternidade e ambulatorios. Localizado em São José do Rio Preto, São Paulo, o complexo é também um hospital escola de cursos de graduação em Medicina, Enfermagem e Psicologia.

Trabalhar na área da saúde é, por si só, um importante estressor. A pandemia aumentou a sobrecarga das/os profissionais e os hospitais precisaram se reorganizar para atender a nova demanda. Os relatos de algumas/uns psicólogas/os que integram o Serviço de Psicologia FUNFARME/FAMERP ajudam a compreender como tem sido a experiência.

A., psicóloga da equipe de oncologia - No início, houve muita insegurança. Nos questionávamos como chegaria a onda de contaminação no interior, como seria o atendimento a essa demanda, se teríamos estrutura, profissionais, EPIs (máscaras, aventais, óculos, protetores faciais e luvas) suficientes. A reorganização do hospital foi acontecendo aos poucos, mas começou na oncologia. Nós tínhamos um novo andar, reformado recentemente só para a enfermaria da oncologia clínica, com a equipe interdisciplinar montada há dois meses. Tudo estava funcionando como um setor estruturado. A primeira mudança no hospital foi transformar a enfermaria de oncologia em enfermaria para pacientes da Covid-19. Foi muito estressante para todos nós...

A atuação de profissionais da área da saúde envolve longas horas de trabalho, contato frequente com pessoas doentes e com a morte, além de condições de trabalho muitas vezes aquém do ideal. Além da pandemia, que já é um importante estressor, as/os profissionais precisaram se adaptar a novas condições de trabalho.

O estresse é uma reação do organismo frente a situações de ameaça e coloca o indivíduo em alerta para lidar com o problema. O estresse excessivo relacionado ao trabalho é denominado burnout. Mudanças inesperadas no ambiente de trabalho, como a vivida por A., podem causar estresse. Assim, psicólogas/os da própria instituição realizam atendimentos com as/os profissionais da saúde.

O., atendimento a profissionais da saúde - *Por meses estava ansioso pela oportunidade de voltar a atuar no mesmo hospital onde, vinte anos antes, comecei minha jornada. Finalmente, em fevereiro definiu-se a contratação. Inicialmente seriam algumas horas de trabalho semanais voltadas para o atendimento de profissionais. Eu não poderia imaginar que, no mesmo momento em que se iniciariam os atendimentos, a pandemia convocaria todas/os para organizar suas atividades e focar no atendimento aos pacientes e profissionais que trabalham na linha de frente deste problema extremamente complexo e sem precedentes. Desde então, já foram várias/os as/os profissionais de diversas áreas dentro do hospital que procuraram o serviço para orientação e intervenção breve como, por exemplo, o manejo do estresse relacionado ao trabalho com pacientes com Covid-19.*

A maior parte dos atendimentos a pacientes com Coronavírus ocorrem nas enfermarias e também nas Unidades de Terapia Intensiva (UTIs).

L., atendimento a pacientes na enfermaria - *O que mais incomodava [a paciente] era o fato de não conseguir realizar coisas básicas. Ela teve uma crise de ansiedade na madrugada porque não conseguiu se virar na cama. Ela foi se virar, sentiu falta de ar e entrou em desespero. Teve uma crise de pânico e a equipe solicitou atendimento psicológico. O atendimento envolveu relaxamento e mudança de pensamentos disfuncionais. Gradualmente a equipe conseguiu tirar o oxigênio da paciente, que percebeu que podia respirar sozinha.*

A.P. Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) - *No início eu ficava fora da UTI. Fiz muitos atendimentos de famílias por chamadas por vídeo. Era difícil porque eu estava fora da UTI, dando trabalho para os profissionais que estavam dentro da UTI. Aí chegou um momento em que resolvi entrar. Pensei: como não estar lá com a equipe com quem eu trabalho há mais de vinte anos? Entrei com muito medo, foram dias angustiantes. A primeira vez que entrei colhi exame porque tinha certeza que tinha me contaminado. Gradualmente fui me sentindo melhor, mais segura. Pensando sempre em não abandonar a equipe que precisava de mim lá dentro, nos pacientes e em suas famílias, que precisavam das visitas virtuais porque sofriam muito com a ausência. Hoje eu chego a fazer oito, dez, já cheguei a fazer quinze chamadas virtuais em um plantão de seis horas. Cada visita virtual requer um contato prévio com a família e com a/o paciente e, muitas vezes, um contato virtual pós visita. Demanda tempo. Hoje eu tenho uma sensação maravilhosa de estar fazendo o bem para a/o paciente, para a sua família, para mim mesma. Além da UTI, eu atendo na semi-intensiva, onde as/os pacientes que passaram pela UTI estão antes de terem alta ou irem para a enfermaria. Tem sido uma experiência maravilhosa. As/os profissionais da equipe sabem que pode contar comigo para conversar com as famílias, porque elas/eles têm muito pouco tempo para fazer isso. Conversam por dois ou três minutos e eu assumo o contato com a família, recorrendo a equipe se for necessário.*

Pelos relatos das/os psicólogas/os que estão na linha de frente de atendimento a pacientes, familiares e profissionais da saúde, fica evidente que a Psicologia tem um importante papel a desempenhar durante a pandemia no contexto hospitalar.



A ATUAÇÃO COTIDIANA DA PSICOLOGIA NA PANDEMIA

No aniversário de 58 anos da Profissão, Mostra reúne experiências, desafios e aprendizados em tempos de Coronavírus



Ilustração: iStock / Paulo Mota

Medo, solidão, insegurança, conflito familiar, angústia, culpa, raiva. Esses sentimentos foram identificados por Samara Carvalho nos atendimentos realizados por ela e pelo restante das/os estudantes de especialização em Psicologia Hospitalar com familiares de pacientes diagnosticados com Covid-19 no Hospital das Clínicas, em São Paulo.

A lista bem poderia descrever as sensações de grande parte da população brasileira nesses tempos pandêmicos. Novembro entrou com o país atingindo a marca de 160 mil vítimas fatais da pandemia de coronavírus, atrás apenas dos Estados Unidos na lista de países com maior quantidade de mortes. De que modo esse momento histórico de calamidade pública mundial impactou a vida e a subjetividade das pessoas? Dentro das necessidades de reinvenção de tantos aspectos da vida, quais alternativas estão sendo construídas na prática cotidiana de psicólogas/os? Quais têm sido as principais dificuldades e desafios para o acolhimento, a promoção de saúde mental e a garantia de direitos neste período? E os aprendizados, as estratégias desenvolvidas?

Com essas perguntas como guias, a Mostra de Práticas de Psicologia na Pandemia aconteceu nos

dias 28 e 29 de agosto – no marco dos 58 anos da profissão no Brasil – e recebeu 211 submissões. Foi o primeiro evento 100% online desse porte realizado na história do CRP SP.

As rodas online, com a apresentação de 109 trabalhos na modalidade de comunicação oral, tomaram o sábado do evento e contaram com 670 participantes, entre autoras/es de trabalhos, mediadoras/es, organizadoras/es e espectadoras/es. Com o objetivo de promover a troca de conhecimentos e experiências entre psicólogas/os nos diferentes contextos de atuação, a Mostra, com grande parte do seu [conteúdo disponível na internet](#), também cumpre a função de produzir uma memória social sobre a atuação profissional nesse inusitado ano de 2020.

Samara Carvalho foi uma das 40 profissionais que tiveram seus vídeos-relatos aceitos e publicados. Nele, a psicóloga contou que desde o começo da pandemia realiza por telefone o acolhimento de parentes de pessoas diagnosticadas com o Coronavírus, “por meio da psicoeducação e da identificação com esses familiares dos principais recursos de enfrentamento que eles propõem, sejam esses recursos positivos e adaptativos ou não”. O estímulo para o desenvolvi-

saram a ser remotos. Amanda ilustrou esse desafio ao relatar a interrupção de uma de suas sessões, quando um familiar entrou no quarto do paciente por tê-lo ouvido chorar. Por outro lado, mencionou Amanda, o fato de muitas vezes a comunicação ser feita em libras tem também facilitado o sigilo.

Alternativas como fazer a vídeo-chamada de dentro do carro ou digitar as falas que não podem ser ditas em voz alta têm sido algumas das que Laís Regina Silva Melo têm aplicado junto a seus pacientes, para lidar com a escassa privacidade que o modo online pode implicar. Aos 23 anos de idade, a estreia de Laís nos atendimentos em psicoterapia aconteceu justamente em 2020.

Já Luciana Angelo, coordenadora do Curso de Aperfeiçoamento e Especialização da Psicologia do Esporte do Instituto Sedes Sapientiae, enviou para a Mostra um vídeo coletivo, elaborado pela vigésima turma de estudantes. Com a proposta de pensar em estratégias adequadas para lidar com o momento, as/os psicólogas/os elencam uma série de sugestões voltadas para a área do esporte. Entre elas: manter o contato virtual com a equipe e a comissão técnica reforçando a troca de experiências e o vínculo; manter rotina de alimentação, sono e terapias auxiliares; aproveitar para desenvolver habilidades de percepção e reflexão sobre si mesma/o que possam auxiliar no enfrentamento de adversidades e não se cobrar tanto, fazendo o que está ao alcance.

Entre as experiências relatadas por psicólogas/os atuantes em serviço público, está a de Amanda Medeiros. Psicóloga escolar, Medeiros atua na cidade de Paulicéia, no fortalecimento da saúde mental de servidores da educação pública do município. Amanda conta que no início da pandemia seu foco foi o apoio às equipes gestoras e pedagógicas com orientações relacionadas, principalmente, a manutenção de vínculos entre crianças e professores. “Houve uma resistência da equipe de professores para aderir ao ensino remoto”, comenta. Num segundo momento, Amanda elaborou um questionário sobre saúde mental, perguntando aos servidores o que sentiam, lhes oferecendo um espaço de escuta. A partir daí pôde perceber quais pessoas mais estavam precisando de ajuda. “Estou trabalhando também com a formação de professores, sobre nossa inteligência emocional em tempos

de pandemia, as frustrações com as atividades escolares, de organização de tempo, de espaço”, expõe. Amanda Medeiros também tem elaborado pequenos vídeos para que os professores mandem aos pais de seus estudantes. Entre os temas abordados, estão a importância que a família aplique as atividades do ensino remoto e também algumas dicas para lidarem com as crianças tanto tempo dentro de casa.

A atuação de Lia Brioshci Soares também tem uma interface com educadores, mas em outro contexto. Concursada da prefeitura de um município no interior de São Paulo, durante a pandemia Lia foi realocada de um Centro de Referência de Assistência Social para uma Casa de Acolhimento de Crianças e Adolescentes. Impossibilitadas de irem à escola, de sair e também de receberem visitas, com dificuldades de acesso às aulas online já que nem todos têm celular e o computador da Casa está quebrado, as crianças e adolescentes têm, de acordo com Lia, sentido tédio. Com a nova rotina, os conflitos dentro da Casa aumentaram muito – tanto entre as próprias crianças e adolescen-



tes quanto nas suas relações com educadores sociais.

Para lidar com esses desafios, Lia Soares e o restante da equipe técnica da Casa de Acolhimento elaboraram uma série de estratégias. “Para melhorar a dinâmica da Casa propusemos rodas de conversa entre a equipe técnica e os educadores como uma forma de capacitar e supervisionar as ações”, desta-

ca Lia, ao mencionar que também foi contratado um educador físico com intuito de manter e promover a saúde mental e física das crianças e adolescentes. “Temos tentado promover o diálogo e a manutenção do vínculo entre as crianças e adolescentes e os familiares e amigos através de tecnologia”, acrescenta. E por último, complementa Lia, “também sugerimos que os educadores façam assembleias junto com crianças e adolescentes para promover o diálogo, a autonomia e o direito à cidadania que eles têm”.

“A pandemia desnuda, desmascara uma crise já instaurada: uma crise estrutural de acesso a todas as formas de saúde”, resumiu Eliane Rosa de Melo, psicóloga e psicanalista atuante em São Paulo e também em Taboão da Serra. O vídeo enviado por Clair Aparecida parece reforçar a frase de sua colega. Se apresentando como filha de nordestinos, mulher, negra, psicóloga e pós graduada em Psicologia na Atenção básica à Saúde, Direitos Humanos e Lutas Sociais, Clair descreve como tem sido a sua atuação junto à população em situação de rua. Diante dos desafios vividos por pes-



soas que não tem como seguir as orientações como de isolamento social ou uso de álcool em gel, Clair junto a outras/os profissionais, pesquisadores e ativistas criaram, em maio, o Coletivo Projeto Vida. O objetivo é fortalecer a promoção de direitos para a população em situação de rua por meio da articulação de redes entre sociedade civil, setores públicos e privados. Du-

rante o inverno, por exemplo, o coletivo organizou a distribuição de kits com cobertores, casacos, toucas, cachecóis, garrafas d’água e máscaras.

“Tão importante quanto falarmos da lavagem das mãos é nos aproximarmos do território da Brasilândia e constatarmos que uma das maiores demandas dessa população é a falta de água para beber”, enfatiza Clair Aparecida. “Tão importante quanto falarmos de isolamento social é constatarmos que no distrito de Guaianases existem apenas 15 vagas femininas ofertadas no Centro de Acolhida”, exemplifica. “Em meio a um período pandêmico de tantas incertezas, uma coisa é certa”, alega Clair: “O vírus não é democrático. Infecta pessoas de todas as classes, mas mata aqueles que já são vulneráveis: os pobres”.

Os dados não deixam Aparecida mentir. [Uma análise feita](#) pela Agência Pública a partir de boletins epidemiológicos do Ministério da Saúde divulgada em maio já apontava as desigualdades raciais na fatalidade da Covid-19 no Brasil. De acordo com o estudo, entre a população negra há uma morte a cada três pessoas hospitalizadas por Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG); já entre a branca, há uma morte a cada 4,4 hospitalizações. Para cada morte em Moema, foram contabilizadas quatro em Brasilândia.

E é justamente a população negra e moradora das periferias a que mais foi atendida em hospitais de campanha, como aquele onde trabalhou a psicóloga Deborah Toledo dos Santos. No vídeo-relato que enviou para a Mostra, Deborah aparece com seu uniforme hospitalar. Entre suas principais atribuições, segundo conta, estão o acolhimento no início da internação, o acompanhamento e a finalização do tratamento. “Nessa finalização do tratamento a gente trata da alta ou do acolhimento do óbito com a família caso venha a acontecer”, descreve. O trabalho diário e difícil, no entanto, é narrado por Deborah como oportunidade de aprendizado, crescimento e apoio a pessoas que estão precisando. Um de seus desafios, afirma, é sanar as dúvidas das pessoas que chegam com o diagnóstico do coronavírus e desmistificar a ideia de que, por estarem sendo internadas em um hospital de campanha, “estão assinando o próprio óbito”. Para Deborah Toledo, o trabalho funciona muito bem, principalmente por conta da alta qualidade da equipe multiprofissional na qual atua: “É uma experiência muito incrível”.

ENSINO-APRENDIZADO EM PSICOLOGIA NA PANDEMIA

Duas estudantes e uma docente de Psicologia narram suas experiências com o ensino à distância



Ilustração: iStock / Paulo Mota

Para debater as novidades e complexidades do excepcional ano de 2020 na formação em Psicologia, o CRP SP, em parceria com o CFP e a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP), realizou o “Seminário Formação em Psicologia no Contexto da Pandemia da Covid-19: impactos da Portaria MEC n. 544”. Nele, estudantes, docentes, supervisoras/es de estágios, coordenadoras/es de cursos de Psicologia e responsáveis técnicos pelos Serviços-Escola levantaram argumentos favoráveis e contrários a realização de estágios em Psicologia na modalidade online durante o período de isolamento social.

O Grupo de Trabalho do CRP SP montado para o seminário contou com 22 participantes representando as 11 subsedes do Conselho. A live de abertura do seminário realizada em 30 de junho já passa de 2 mil visualizações. Foram realizados encontros com 443 estudantes e 254 docentes, além de 10 reuniões com representantes de Instituições de Ensino Superior de todas as regiões do estado. [O relatório produzido a partir do seminário](#) está disponível na internet. Nele, a ABEP e o CFP destacam a excepcionalidade do momento e, ao mesmo tempo, defendem a importância de não perder de vista o caráter eminentemente presencial da formação para o exercício profissional na Psicologia.

Confira os relatos de duas estudantes e uma docente em Psicologia sobre suas experiências, dificuldades e aprendizados com o ensino à distância e as perspectivas para o futuro.

Mayara Massa: “Muitas pessoas com deficiência passam suas vidas em isolamento social”

“As barreiras sociais – como a falta de acessibilidade, de recursos e de profissionais preparados para garantir a inclusão – fazem com que apenas 0,5% de nós, pessoas com deficiência, estejamos inseridas no ensino superior.

Essas segregações, embora agora ocorram de maneira diferente, continuam presentes em tempos de pandemia. Tenho consciência de que pertenço a uma classe privilegiada e que, graças a isso, tenho acesso a recursos tecnológicos que me permitem acompanhar as atividades remotamente. Mas sei que essa não é a realidade de todas as pessoas com deficiência: muitos de nós não têm acesso a computadores ou internet.

Eu moro em Santana de Parnaíba e estudo em São Paulo. Por isso, me deslocar até a universidade

não é fácil: dependo da carona da minha mãe, minhas tias ou minha amiga para chegar até lá. A Prefeitura de São Paulo disponibiliza o Atende SPTrans, com o intuito de proporcionar transporte gratuito e acessível para pessoas com deficiência, mas como eu moro em outro município, não tenho o direito a participar do programa. Acho que todos os municípios deveriam disponibilizar essa política pública, já que para nós que temos dificuldades de locomoção, chegar até um ponto de ônibus ou uma estação de trem ou metrô é um desafio. Neste quesito, as aulas remotas facilitam, pois não tenho que me deslocar diariamente.

Quando eu ingressei na universidade, solicitei salas de fácil acesso. Porém, fui colocada em uma sala cujo único elevador que permitia o acesso passou o semestre inteiro quebrado. Além disso, após meu ingresso ocorreu uma reforma em que perdi o acesso a 3 centros acadêmicos, 3 xerox e à papeleria da universidade. Embora eu tenha feito diversas reclamações para a ouvidoria, demorou mais de um ano e meio para que o problema fosse resolvido. Um dia cheguei na faculdade e todos os elevadores do prédio novo estavam quebrados; eu não conseguia sequer entrar no prédio e precisei pedir a ajuda de minha amiga. Ainda bem que eu tinha ela lá, que me ajuda muito quando essas coisas acontecem.

Durante a pandemia eu não passo por essas situações. Mas não vou ficar em casa quando o isolamento acabar. Meu lugar é na universidade, na rua, no trabalho, na balada, ou em qualquer outro espaço onde que eu queira estar. Vou continuar lutando pela minha autonomia, já que assim como todos, também tenho o direito de ir e vir livremente e de usufruir do convívio social.

Muitas pessoas com deficiência passam suas vidas em isolamento social. Por conta da pandemia, agora a sociedade entende melhor como é a realidade de diversas pessoas com deficiência; porém a diferença é que a gente sabe que uma hora a pandemia irá acabar, mas, algumas pessoas com deficiência, infelizmente, continuarão sem sair de casa”.

Mayara Massa, 23 anos, é estudante de Psicologia da PUC SP, membra da Comissão de Acessibilidade de Psicologia da PUC SP, integrante do Coletivo Feminista Helen Keller e estagiária da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência de São Paulo.

Lorena Martha Roberto: “Como não perdemos de vista os afetos em jogo?”

“É um desafio, por si só, começar a escrever sobre as experiências dos últimos meses de pandemia, ensino remoto, desgoverno. São muitos acontecimentos que deslizam sobre um tempo extremamente acelerado — excesso de informações, inúmeras reuniões e aulas on-line, enxurrada de notícias entristecedoras — e, em contrapartida, há momentos em que prepondera uma sensação de estagnação, impotência e imobilidade.

Nos preocupávamos muito — e ainda nos preocupamos — com a precarização do ensino público, com a enorme desigualdade de acesso aos meios digitais entre os estudantes, com as complexas situações de saúde e trabalho dentro das casas e, assim, com o que há de ético-político em nossas ações e decisões. Como burlar o mero produtivismo e cumprimento de tarefas? Como não nos tornarmos apenas burocratas e sim futuras psicólogas e psicólogos?

A formação em Psicologia é marcada pelos encontros nas práticas, nas aulas, nos corredores da universidade. Há certa sensibilidade que vai se constituindo aos poucos, que preza por uma atenção ao que se passa. Entre as câmeras desligadas, as atividades remotas, as semanas que correm e o esgotamento que aumenta a cada dia, como não perdemos de vista os afetos em jogo, as vidas ali envolvidas e suas complexidades? Como nos cuidamos durante o processo de formação e produção de conhecimento?

Entre as durezas do tempo em que vivemos, alguns encontros virtuais vêm como forma de respiro e acolhimento. Diante de tamanha estranheza incidindo em nós e frente a um inusitado muitas vezes adoecedor, percebo em mim e em colegas uma vontade de caminhar próximos, de inventar jeitos de nos fortalecer. Atentos a ritmos e tempos, vamos criando brechas nos momentos de solidão, mas também nos permitindo ausências e silêncios”.

Lorena Martha Roberto é graduanda do 7º termo de Psicologia pela UNIFESP. Participa do Laboratório de Sensibilidades e do Laboratório de estudos e pesquisas em formação e trabalho em saúde (LEPETS). Realiza a iniciação científica “Acordos, acordos: encontros e musicalidades de uma clínica comum”. Atualmente é monitora do Eixo Trabalho em Saúde da UNIFESP.

Jaqueline Kalmus: “Quem sabe não podemos encontrar brechas e, contraditoriamente, construir uma maneira remota de estarmos juntas/os?”

“Não é possível pensar a questão do ensino remoto de maneira abstraída do contexto de pandemia de Covid-19 em que ele se dá e das marcas das disputas dentro do próprio campo educacional. A situação do ensino remoto é emergencial e está atrelada a uma situação de isolamento físico e de sobrecarga da maioria das pessoas em relação ao trabalho, às atividades domésticas, aos cuidados com os mais velhos ou com os mais novos, aos temores advindos da pandemia, ao próprio sofrimento decorrente do isolamento físico e, também, da situação específica do Brasil, que resulta em mais de uma centena e meia de milhares de mortes – grande parte das quais poderiam ter sido evitadas.

O ensino remoto foi a forma pela qual se materializou uma modalidade de que, inegavelmente, traz aspectos negativos em termos de formação. Porém, neste momento foi a alternativa encontrada para a preservação de vidas e me parece que isso é uma questão fundamental. Poderia haver outras formas? Talvez sim.

Ao mesmo tempo, essa modalidade de ensino se instala dentro de um contexto de ataque aos direitos, às universidades públicas e aos servidores públicos, de precarização das condições de trabalho. Isso também traz consequências. De um lado, temos visto uma realidade em que universidades privadas realizaram demissões em massa e/ou redução da carga horária de professores. Essa realidade não é exatamente provocada pelo ensino remoto – ainda que ele permita que essas ações tenham sido tomadas em uma velocidade maior –, mas efeito da contrarreforma trabalhista e de todos os ataques que a gente vem sofrendo no campo dos direitos. O ensino remoto talvez tenha facilitado e acentuado a precarização que já vinha ocorrendo, bem como a intensificação do processo de mercantilização da educação em marcha nas últimas décadas.

Na Unifesp estamos realizando essa modalidade de ensino na graduação: retomamos as atividades no

início de agosto e ainda não é possível fazermos uma avaliação mais consistente. Quando as atividades foram paralisadas, o ano letivo havia praticamente começado. Desde então fizemos um grande esforço coletivo de continuarmos próximos às/aos estudantes e construirmos juntas/os essa modalidade de ensino emergencial. Com a premissa de “nenhum estudante a menos” fizemos uma busca ativa das/os alunas/os “desaparecidas/os” e a universidade instituiu um programa de inclusão digital - o que nem sempre é suficiente, visto que muitas famílias tiveram perdas consideráveis em suas rendas.

A marca deste período tem sido uma intensificação no trabalho para todas/os as/os docentes e técnicas/os, não somente com relação ao preparo e realização das atividades de ensino, mas também com relação às outras atividades que a universidade realiza, como extensão, pesquisa e a própria gestão.

No curso de Psicologia estamos enfrentando um desafio muito grande: o de manter um projeto político-pedagógico de um instituto na área da saúde que tem na base a interdisciplinaridade, a interprofissionalidade e a estreita relação com o território. Permanecemos em contato constante com trabalhadoras/es da saúde, da assistência e da educação, ainda que, salvo algumas iniciativas pontuais, não possamos estar no território. Buscamos insistentemente as formas de nos mantermos juntas/os.

Por fim, sem menosprezar o desgaste, a precarização e a mercantilização do ensino, quem sabe não possamos caminhar pelas bordas, encontrar as brechas e, contraditoriamente, construir uma maneira remota de estarmos juntas/os que possa suplantar as fronteiras institucionais e facilitar a articulação entre universidades? Continuar a luta histórica por uma universidade pública, gratuita, democrática e socialmente referenciada”.

Jaqueline Kalmus é Professora Adjunta da UNIFESP, Campus Baixada Santista, Instituto Saúde e Sociedade, Departamento de Políticas Públicas e Saúde Coletiva. É membra do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade, com experiência em Psicologia e Educação e Psicologia Social.

PREVENÇÃO AO SUICÍDIO: COMPROMISSO DIÁRIO E DE TODA A SOCIEDADE

A Psicologia no enfrentamento das violências autoprovocadas

O **Dia Mundial de Prevenção ao Suicídio**, 10 de setembro, foi criado em 2003 pela Associação Internacional para a Prevenção do Suicídio e pela Organização Mundial de Saúde (OMS). A OMS também define a Violência Autoprovocada/Auto Infligida como a ideação suicida, autoagressões, tentativas de suicídio e suicídios.

Segundo dados recentes da OMS, na média global dos países, apenas 2% do orçamento voltado à saúde é investido em saúde mental. Poucas pessoas têm acesso aos serviços de saúde mental. Em países de baixa e média renda, mais de 75% das pessoas em sofrimento ou em situação de vulnerabilidade não recebem tratamento. São elas também as que mais sofrem discriminação, estigma e violação de direitos.

A pandemia de Coronavírus trouxe à tona a intensificação de uma série de desigualdades já estruturantes da sociedade. Por conta das violências e incertezas diárias desse contexto, temos visto um aumento do adoecimento psíquico em grande parcela da população. Situações como o isolamento social, o rompimento das redes de proteção, o aumento da violência, o medo de contrair a Covid-19 ou de perder entes queridos, o desemprego, e, principalmente, a ausência de um plano nacional de enfrentamento da crise sanitária, econômica, social e psicológica, estão entre as principais mazes do adoecimento psíquico da população.

As declarações das pessoas de que desejam atentar contra si mesmas devem ser sempre levadas a sério. É facultativo à/ao psicóloga/o a quebra do sigilo profissional em situações em que avalie que tal atitude implicará na busca pelo menor prejuízo e

não extrapole ao elemento específico que a motivou. Porém é importante discutir a decisão com outras/os profissionais envolvidas/os no manejo da situação em questão, buscar auxílio com o Conselho e preservar ao máximo o sigilo e a integridade do sujeito. Confira no [canal de youtube do CRP SP](#) as cinco lives organizadas recentemente sobre o tema.

A necessidade de práticas preventivas diárias às violências autoprovocadas e de políticas públicas efetivas voltadas ao cuidado em saúde mental torna-se evidente. O enfrentamento ao suicídio é um compromisso cotidiano e social de todas/os, compreendendo que as subjetividades são impactadas diretamente pela sociedade capitalista na qual vivemos. Esse compromisso, portanto, aponta para a importância de ressignificar e lutar por uma vida digna, justa, equânime, promovendo cuidado, autonomia e ética às pessoas.

Psicologia é para todo mundo e se faz com direitos humanos.

Para mais informações, confira:

- [Prevenção do Suicídio: um manual para Profissionais da Saúde em atenção primária](#)
- [CRP SP – 2020 - #COVIDNaReal #AutocuidadoNaCovid](#)
- [Uma análise crítica sobre Suicídio Policial – CRP SP / CFP](#)
- [O Suicídio e os Desafios para a Psicologia / Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2013](#)
- [Boletim B688: Comissão de direitos Humanos do CFP. v. 1. N 4, set-out 2020; Brasília – CFP 2020](#)
- [Conselho Regional de Psicologia do Distrito Federal. - CRP 01/DF - Orientações para a atuação profissional frente a situações de suicídio e automutilação / Brasília: 2020](#)
- [Nota Técnica - CRP-09 002/2019 - Orienta às\(aos\) psicólogas\(os\) sobre prevenção e manejo do comportamento suicida](#)



ORIENTAÇÕES PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA MODALIDADE REMOTA

Conheça as ações que a Comissão de Orientação e Fiscalização do CRP SP tem realizado neste período de pandemia

Diante das repentinas mudanças provocadas pela pandemia do Coronavírus e da necessidade do isolamento social, a Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) do CRP SP precisou adaptar suas atividades para a modalidade do teletrabalho. Foi preciso criar, rapidamente, novas formas de comunicação e orientação à categoria neste contexto, mantendo o compromisso com os cuidados necessários para uma atuação profissional ética.

As estratégias para a continuidade das atividades – especialmente relacionadas aos procedimentos ordinários desta Comissão e à preocupação de orientar todas as pessoas – rapidamente foram elaboradas. As orientações sobre o exercício profissional passaram a se concentrar no site, nas redes sociais e e-mail do Conselho. Foram realizados debates on-line sobre as temáticas que suscitavam mais dúvidas, considerando as diversidades das áreas de atuação.

Também foi criada uma campanha [CRP Responde](#), com perguntas e respostas divididas por temas e processos de trabalho, divulgada nas redes sociais e no site “[O coronavírus e a Psicologia](#)”, criado especialmente para este período.

Muitas das dúvidas e consultas tinham relação direta com os atendimentos por meio de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), já que diversos serviços psicológicos passaram a ser ofertados virtualmente.

Após o início da pandemia, o Conselho Federal de Psicologia (CFP), em resposta aos desafios trazidos pela nova conjuntura da prática profissional, publicou a Resolução CFP n. 04/2020, que flexibilizou as possibilidades de atendimento remoto, até então regulado pela Resolução CFP 11/2018. Além disso, o cadastro e-Psi foi simplificado para agilizar as análises dos pedidos da categoria.

A partir do crescimento desta demanda, desde março de 2020 (mês em que teve início o isolamento social) e até setembro o CRP SP havia aprovado mais de 23.195 pedidos na plataforma [e-Psi](#). Para se ter uma ideia do aumento dessa necessidade por parte

da categoria, esse mesmo número que foi aprovado durante seis meses de pandemia havia sido atingido, antes, no período de um ano e dois meses.

Inicialmente, em decorrência do ineditismo da situação vivida, houve um aumento de demanda por orientações, muitas dúvidas sobre a continuidade dos atendimentos presenciais; como atuar em diferentes espaços sem correr e causar riscos; queixas de insuficiência de EPIs nos serviços públicos; dificuldades nos trabalhos realizados no âmbito do SUS e SUAS; perguntas sobre atendimento emergencial voluntário; atendimento a mulheres em situação de violência; aplicação de instrumentos psicológicos à distância; estágios supervisionados, bem como consultas sobre a atuação profissional em hospitais, no poder judiciário, atuação em estabelecimento de regime residencial, clínica e outras instituições.

Cada orientação foi elaborada a partir de pesquisas, debates, estudos, análises técnicas de legislações, documentos e outros materiais - cartilhas, folders, etc. -, de forma a dirimir inquietações e questionamentos sobre a prática profissional neste novo cenário.

A partir da análise das dúvidas mais frequentes também foi pensada uma campanha de orientação permanente à categoria denominada Psicologia no Dia a Dia, com lançamento previsto em breve.

Orientações feitas pela COF entre 20/3 e 4/9/2020

8.888 enviadas por e-mail

970 enviadas por whatsapp

305 feitas por telefone

1.683 textos publicados

3.895 documentos divulgados

Confira as principais dúvidas de atuação profissional e suas elucidações:

O que não deve constar na publicidade profissional?

- Títulos que não possua;
- Preço como forma de propaganda;



- Promessa ou previsão taxativa de resultados;
- Autopromoção em detrimento de outras/os profissionais;
- Apresentação de atividades que sejam atribuições de outras categorias profissionais;
- Divulgação sensacionalista das atividades profissionais;
- Conteúdo racista, homofóbico, sexista, estigmatizante, discriminatório, preconceituoso, nem qualquer discurso ou prática que viole direitos humanos;
- Exposição de pessoas, casos, depoimentos ou dados que indiquem a quebra de sigilo;
- Conteúdos de patologização e medicalização;
- Associação do exercício profissional da Psicologia a práticas não reconhecidas pela ciência, de cunho místico e/ou religioso, que induzam a crenças religiosas, políticas, filosóficas, morais, ideológicas, de orientação sexual ou a qualquer tipo de preconceito.

A/O psicóloga/o pode realizar trabalhos voluntários?

Não há proibição quanto à prestação de serviços psicológicos de forma voluntária/gratuita. Todavia, a informação sobre a gratuidade não pode ser utilizada como forma de propaganda do serviço oferecido. Além disso, as/os profissionais devem ter uma proposta de trabalho com início, meio e fim, ou que garanta a gratuidade por todo o período da prestação do serviço. É importante se atentar ao disposto nas Resoluções CFP 11/2018 e CFP 04/2020, esta última elaborada estritamente para vigorar enquanto durar a pandemia.

Quais cuidados a/o psicóloga/o deve tomar ao escolher um teste psicológico?

Somente testes psicológicos com parecer favorável no Sistema de Avaliação de Instrumentos Psicológicos (SATEPSI) poderão ser aplicados.

Com relação ao uso de instrumentos psicológicos de aplicação à distância por meio das tecnologias da informação e da comunicação (TICs), além do parecer favorável no SATEPSI, é necessária a padronização e normatização específica para a aplicação à distância. Para checar quais testes possuem a possibilidade de aplicação remota, consulte o SATEPSI no endereço: <http://satepsi.cfp.org.br/>.

Como funciona o estágio supervisionado em Psicologia na pandemia?

[Consulte a publicação da ABEP](#) e do CFP. O material

contempla a Portaria 544/2020 MEC, que autoriza a realização de práticas, estágios e laboratórios por meio remoto. A respeito da supervisão na modalidade remota, orienta-se que tais atividades devem ser realizadas de forma simultânea, sempre por profissional de Psicologia com inscrição ativa no Conselho Regional de Psicologia e com cadastro no e-Psi.

A/o orientadora/or de estágio deverá considerar as circunstâncias: quais públicos efetivamente permitem a realização de intervenções remotas e podem ser favorecidos por elas. Dificuldades potenciais podem surgir e devem ser discutidas explicitamente entre as/os estagiárias/os e orientadoras/es e. Caso ofereça risco ou não atenda os objetivos propostos, deve ser redesenhada ou interrompida.

O que fazer diante de quebra de sigilo ou violação de direitos?

De acordo com o artigo 9.º do Código de Ética Profissional, a/o psicóloga/o tem por dever profissional manter o sigilo e a privacidade das pessoas atendidas. Ao tomar conhecimento de situações de maus-tratos e violação de direitos humanos, deve avaliar a necessidade de denunciá-las, levando em consideração as possíveis consequências e o menor prejuízo, conforme exposto no artigo 10. O risco de cometer uma falta ética poderá ocorrer tanto pela quebra do sigilo quanto por não haver denunciado o fato. Assim, se questionada/o por haver denunciado ou não, a/o psicóloga/o deverá estar fundamentada/o e expor os motivos (técnicos e éticos) que a/o levaram a tomar sua decisão.

Preciso me inscrever no CRP para poder atuar?

Estar inscrita/o é uma exigência da Lei n.º 5.766, de 20/12/1971 para o exercício profissional da Psicologia. Para atuar em qualquer área, é necessário que a/o profissional possua inscrição ativa no Conselho Regional de Psicologia, independente de utilizar ou não testes psicológicos. Por exemplo, caso atue na área de Recursos Humanos, se as atribuições incluem atividades previstas na área de Psicologia Organizacional e do Trabalho, a/o psicóloga/o deve estar inscrita/o e ativa/o no CRP de sua jurisdição. Caso a pessoa esteja atuando com a graduação concluída e sem inscrição ativa, pode ser caracterizado exercício irregular da profissão. Ainda, se não possuir a formação em Psicologia ou não tiver concluído a graduação, pode ser caracterizado exercício ilegal da profissão.



PSICOLOGIA: REPRESENTAÇÃO NAS INSTÂNCIAS DE PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

Subsede São José do Rio Preto concentra o maior número de representações do CRP SP no Estado de São Paulo

Ilustração: Monalisa Soto



O controle e a participação social no Brasil é uma conquista da/o cidadã/o garantida na Constituição Federal de 1988. Assegura que a sociedade esteja presente na construção e na gestão de políticas públicas e programas promovidos pelos governos. Áreas como Saúde, Educação, Assistência Social, Criança e Adolescente e Idosos estão entre as instâncias de natureza das políticas públicas com a participação da sociedade construindo planos e ações, monitorando e avaliando programas e aprovando orçamentos e gastos financeiros públicos. Essas conquistas resultam das lutas operárias dos movimentos sociais, essenciais ao debate e à construção da democracia brasileira.

A Psicologia, como campo científico e profissional, tem um papel importante nestes espaços para a formação de uma sociedade mais acessível a partir de seus saberes pautados nas subjetividades individuais e coletivas e no compromisso ético e social.

A presença institucional do CRP SP pode ocorrer em órgãos de controle social por meio de mandatos determinados, em fóruns de políticas públicas, comitês de ética em pesquisa, comitês intersetoriais, entre outras representações que ocorrem de forma pontual ou estratégica.

As/os psicólogas/os devem reafirmar os aspectos éticos e científicos da profissão nessas representações. Guiar-se por uma compreensão crítica da conjuntura social e se posicionar de maneira orientativa aos saberes técnicos da Psicologia e comprometidas/os com a defesa dos direitos humanos, a diversidade e o exercício da democracia com participação ativa e humanizada.

As/os psicólogas/os estão presentes nos conselhos municipais de direitos, nos fóruns municipais de trabalhadores, em comitês de ética em pesquisa, em coletivos temáticos, comitês intersetoriais, comissões, nas gestões municipais e regionais e em muitos outros espaços nos quais são convidadas/os ao exercício do diálogo

com gestoras/es, colegas e equipes multiprofissionais para formulação de ações de cidadania e inclusão.

Essa participação nos processos coletivos tem provocado, inclusive, a presença de uma Psicologia comprometida com as particularidades do território e os desdobramentos sociais. Esta presença se acentua em cenários nos quais a formação se faz insuficiente e prioriza a lógica do sujeito isolado e privado da cultura social, com processos medicalizantes e patologizantes.

Nestes espaços, as/os psicólogas/os levam suas críticas, sugestões e defesas ao campo das políticas de Estado, oferecendo, em contrapartida, sua principal ferramenta: a escuta que qualifica os discursos. Podendo, assim, garantir a dignidade das pessoas nos preceitos do respeito e da justiça, com um debate livre de ideias e atentas/os à proteção das populações em situação de maior vulnerabilidade.

Partindo destes preceitos, o CRP SP possui, atualmente, 130 cadeiras permanentes de representação no estado de São Paulo, espaços nos quais discute essas diversas temáticas.

O caso da subsede São José do Rio Preto

A subsede de São José do Rio do CRP SP possui o maior número de representações do Estado, ocupando 18 espaços de controle e participação social. Resultado de articulações, lutas e ocupação de espaços democráticos construídos em mais de 3 décadas.

Dentre o histórico da subsede destacam-se as representações nas seguintes entidades: Conselhos Municipais de Saúde; Fórum dos Conselhos Profissionais da Área de Saúde; Conselhos Municipais de Educação; Fóruns Municipais de trabalhadores do SUAS; Comitê de Políticas da Diversidade Sexual; Conselhos Municipais dos Direitos dos Idosos; Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente; Con-

selhos Municipais de Álcool e Outras Drogas; Conselhos Municipais de Assistência Social; Comitês de Ética em Pesquisa; Coordenadoria dos Direitos das Mulheres; Secretaria dos Direitos e Políticas para Mulheres; Procuradoria Especial da Mulher; e o Comitê de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

Talita Fabiano de Carvalho, conselheira, psicóloga e Coordenadora da Subseção, destaca que *“fazemos os enfrentamentos necessários para qualificar a Escuta da Sociedade e exercer uma defesa incansável do acesso às políticas públicas”*.

Para Maria Carolina Gatti, que já ocupou a cadeira no Conselho Municipal dos Direitos dos Idoso, de outubro de 2014 a março de 2017, *“a presença efetiva da Psicologia, em todos os espaços, é importante para promover a garantia dos direitos humanos e fortalecer os vínculos afetivos e sociais das pessoas em vulnerabilidade”*.

Ricardo Gasolla, atual Conselho Municipal de Assistência Social de Catanduva, complementa essa perspectiva: *“A presença da Psicologia nesses espaços é a oportunidade de pautarmos o humano e a humanidade no arranjo institucional, que incorpora diversas políticas públicas, provocando discussões e reflexões no sentido do reconhecimento de todas as pessoas como sujeitos de direitos, sendo essa compreensão fundamental para a conquista do seu pleno desenvolvimento”*.

Já Márcia Polacchini Cartapatti da Silva, ao falar sobre sua experiência como representante no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente expressa a necessária dedicação de nossas/os representantes: *“Participar de um Conselho Municipal não é tarefa fácil e nem simples, dados os meandros das políticas públicas. É necessário doar muitas horas de sua semana para um desempenho satisfatório, que nos legalize nessa importante representação que é a área da Psicologia”*.

Luiz Tadeu Pessutto, ex-conselheiro do CRP SP e atuante na área da Educação, destaca a importância da participação que se configura como um *“trabalho árduo. A nossa militância, foi no sentido de ajudar e fazer valer os direitos dos cidadãos. Nós inspecionamos todas as obras que estavam sendo feitas na época com os recursos do Fundo. No Conselho de Educação nós trabalhamos bastante também, elaboramos o Estatuto deste Conselho e nos mantivemos engajados nisso. A partir desses lugares, realizamos uma pesquisa, principalmente da Educação, no CRP SP, sobre o uso da Ritalina, em todo o Estado de São Paulo”*.

Kleber Chaves Pereira, atualmente conselheiro Municipal de Educação, diz que *“a garantia da qualidade na oferta de ensino público passa, impreterivelmente, pelo controle social do orçamento da Educação”*.

Raul Aragão Martins, ex-conselheiro do COMAD São José do Rio Preto, traz as nossas contribuições na construção das políticas sobre drogas destacando *“a participação pela defesa do ser humano frente a todas as vulnerabilidades que está exposto em uma sociedade voltada ao consumo. Nesta perspectiva, defendi a abordagem de álcool e outras drogas como questão de saúde pública e que não se restringe ao debate sobre descriminalização e legalização da droga, embora estes pontos sejam importantes. Recomendamos, também, um maior controle das drogas legais, como parte de uma política preventiva, como ocorreu com o tabaco, que não pode exibir propagandas na mídia, o que não ocorre com as bebidas alcoólicas, em que as pessoas são submetidas a uma enxurrada de propaganda”*.

Alessandra Moreno Maestrelli, Gestora da Subseção e membra de Comitê de Ética em Pesquisa, aponta que *“nos comitês de ética, o papel do representante do CRP é zelar para que mesmo os riscos, aparentemente inócuos, sejam evidenciados e discutidos antes do início das pesquisas. Uma vez aprovados os documentos como termo de consentimento livre e esclarecido, as autorizações das instituições participantes, dos pais ou responsáveis pelas pesquisadas de menor idade, as pesquisas estarão aptas a serem realizadas. É um trabalho importante para ajudar a garantir que os direitos humanos não sejam violados em nome da Ciência. Historicamente, trata-se de uma conquista para a Psicologia e das psicólogas, enquanto categoria”*.

Código de ética Profissional da/o Psicóloga/o

O Código de Ética da Psicologia preconiza, em seus princípios fundamentais, que *“a/o psicóloga/o trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”*. Ainda ressalta que a atuação se dará com *“responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural (...) considerando as relações de poder nos contextos em que atua e os impactos dessas relações sobre as suas atividades profissionais, posicionando-se de forma crítica”*. Afinal, a Psicologia tem um papel ativo e transformador.

10 ANOS DO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO CRP SP



História, memória e disseminação da Psicologia no estado



Ilustração: iStock / Paulo Mota. Fotos: Arquivo CRP SP

Neste 17 de setembro, o **Centro de Documentação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CEDOC)** completou uma década de existência. Iniciativa pioneira no país, nasceu da necessidade de cuidar, organizar e disseminar todo o acervo constituído pela autarquia.

Anterior a sua criação, a produção do CRP SP estava dispersa entre seus diversos setores e também em seu arquivo externo. Nas reuniões do GT História e Memória, assim chamado na época, muito se discutia sobre como seria o local de preservação e disseminação de todo o conteúdo e memória do CRP SP. Entre arquivo, biblioteca e centro de documentação, optou-se pelo último.

Contrataram-se, então, bibliotecárias temporárias. Uma vez percebendo a crescente importância do CEDOC, em 2012 abriu-se um concurso público para contratação de bibliotecário efetivo. Assim, conselheiras/os, colaboradoras/es e bibliotecário definiram o que seria o CEDOC.

Havia também a vontade de que seu farto acervo não se restringisse apenas ao seu local físico - na subsele Metropolitana - e que alcançasse psicólogas/os e o público em geral por meios digitais.

Após muitas pesquisas, o repositório digital foi lançado em 2018. Para o seu amadriamento, Fúlvia Rosemberg foi escolhida por voto popular em função de sua importante atuação na Psicologia. Surge, assim, o **Repositório Digital Fúlvia Rosemberg**, que conta com milhares de conteúdos digitais - desde livros, fotografias, vídeos etc - disponibilizados e acessíveis para qualquer pessoa com internet.

Hoje, o acervo ampliou-se consideravelmente, passando a ser utilizado em consultas por psicólogas/os e pesquisadoras/es, além de instituições de pesquisas e alunos de Arquivologia e Biblioteconomia.

Para sua manutenção, o CEDOC está vinculado à **Comissão História e Memória do CRP SP** (antigo GT História e Memória). Periodicamente, há reuniões para elaboração de novos conteúdos e definição dos objetivos e estratégias de ampliação. A comissão busca reunir cada vez mais psicólogas/os que tenham interesse em contribuir com o desenvolvimento de suas atividades.

Tanto o CEDOC quanto o Repositório Digital Fúlvia Rosemberg representam o empenho do CRP SP em preservar a história e memória da Psicologia no estado e suas contribuições para os debates sociais. Reforçam o intuito de orientar a categoria para uma atuação profissional responsável e alinhada ao Código de Ética.

Para comemorar uma década, ao longo dos próximos 10 meses o CRP SP publicará uma série de conteúdos produzidos a partir do acervo do CEDOC e voltados à defesa dos Direitos Humanos para diferentes campos e populações.

Comissão História e Memória da Psicologia

Repositório digital Fúlvia Rosemberg: cedoc.crpsp.org.br.

Endereço do CEDOC: Rua Oscar Freire, 1800.

Funcionamento: das 09h às 18h, de segunda à sexta-feira.

E-mail: cedoc@crpsp.org.br.

*No período de isolamento social, determinado pelo CRP SP, o CEDOC não está funcionando presencialmente. Consulte nosso site para mais informações sobre o retorno das atividades presenciais.

ECA + 30: A GENTE LUTA, A GENTE BRINCA



A Psicologia é para todo mundo e se faz com crianças e adolescentes

O Estatuto da Criança e Adolescente completou 30 anos em 2020, o que é, sem dúvida, uma conquista significativa. Mas o olhar apurado traz a compreensão de que há, ainda, muito a ser feito se considerarmos a trajetória das crianças e dos adolescentes no Brasil e o tratamento que lhes tem sido dispensado historicamente. Sabemos que em um país forjado com base em violências estruturais, há ainda a ausência de cuidados, omissão, negligência, exploração, silenciamento, projeto excludente de educação, criminalização, processos de medicalização, racismo e abandono.

O [Estatuto da Criança e do Adolescente \(Lei 8069/90\)](#), portanto, é fruto de muita luta e união envolvendo diversos profissionais, movimentos sociais, instituições e entidades que se articulam, inclusive com a participação de crianças e adolescentes no processo. Nas décadas de 1980 e 1990, o que se pretendia era a construção de um projeto para as crianças e adolescentes do Brasil: desta vez, que os considerasse sujeitos de direitos, que levasse em conta as especificidades de pessoas que se encontram em condição peculiar de desenvolvimento. Que procurasse não criminalizar e institucionalizar crianças e adolescentes que foram negligenciadas/os e exploradas/os, predominantemente aquelas/es pertencentes às populações pobres, negras e indígenas.

A Psicologia, enquanto ciência, sempre atuou junto ao público infanto-juvenil, destacando-se em importantes estudos e pesquisas sobre desenvolvimento, inclusive sobre as patologias. De que forma é possível realizar uma práxis que consiga articular este conhecimento teórico à realidade prática? Qual olhar da Psicologia e quais práticas têm sido realizadas junto a este público?

O cenário de acirramento da disputa política somado à pandemia de Covid-19 acentuou as desi-

gualdades e alavancou a miséria, gerando ainda mais desemprego e fome. As crianças e adolescentes têm sido diretamente atingidas.

É exatamente aí que se dá o encontro das/os psicólogas/os com as crianças e adolescentes: nos CRAS, CREAS, no SUS, nas medidas socioeducativas, nas escolas, nos consultórios e clínicas, nas ruas, parques, na cultura, nas ONGs, nas filas das penitenciárias, nos tribunais de justiça, isto é, a Psicologia se depara com este público nas diversas áreas de atuação.

Mas qual tem sido o olhar para estas crianças e adolescentes? Elas têm tido espaço para falar? Ou encontram-se silenciadas e esquecidas em meio às urgências do mundo adulto? Não podemos fomentar uma Psicologia adultocêntrica, que colabore para o assistencialismo e a subserviência, que estuda e fala muito sobre as crianças e adolescentes, mas que pouco interage e escuta.

“Tem que acabar com esse estatuto!”, “Os menores só têm direitos, eles tem é que ter deveres!”, “O Estatuto é a causa dessa violência que está aí, no meu tempo não era assim, não!”, “O ECA só defende bandido!”. Passaram-se 30 anos e ainda escutamos discursos como esses, que reforçam a concepção de que crianças e adolescentes são indivíduos que trazem riscos e incômodos.

Retornamos, portanto, à questão inicial: o Estatuto da Criança e do Adolescente foi marco na mudança de paradigma e no projeto do país para crianças e adolescentes. Embora avanços tenham acontecido, nos encontramos num período de retrocessos de direitos e arrefecimento de investimento em importantes políticas públicas, como aquelas voltadas à erradicação do trabalho infantil, à saúde mental, à educação, ao esporte e ao lazer.



A Psicologia tem procurado, no decorrer da história, mudar sua rota por vezes elitista e adaptacionista, aliando-se às crianças e às/ aos adolescentes, movimentos sociais, entidades e organizações, colaborando para a efetivação das garantias e direitos. A ciência deve estar em busca de mecanismos que propulsione a vida, o desenvolvimento pleno e saudável. Desta forma, a profissão caminha em busca de uma atuação que seja política, compreendendo os prejuízos advindos dos processos de exclusão vivenciados pela maioria da população de crianças e adolescentes.

E este engajamento da Psicologia está demonstrado na práxis psicossocial e cotidiana, e assim, também está presente nas ações, debates, orientações e trajetórias do CRP SP.

No [repositório digital Fulvia Rosemberg](#) é possível pesquisar este percurso da Psicologia na defesa dos direitos das crianças e adolescentes. Nos 10 anos do ECA, o CRP SP levantou o mote “Tamanho é documento: 10 anos do ECA, certidão de cidadania da criança e do adolescente”. Nos 15 anos entoamos: “ECA 15 anos: Estatuto da Criança e do Adolescente, direitos a gente conquista!”. Aos 18 anos: “o ECA cresceu, mas será evoluiu?”. ECA 25 anos: “Brincar pra valer, valer pra brincar”.

Finalmente chegamos aos tão esperados 30 anos! Uma caminhada e tanto! O CRP SP, a categoria e todas/os as/os envolvidas/os aguardavam muitas ações e fortalecimento a partir de encontros potentes e articulações. No entanto, nos deparamos com a pandemia e o agravamento das desigualdades. Tudo teve que ser repensado e reformulado, representantes e membros de todo o estado se reuniram para organização da campanha e junto nos deparamos com uma enxurrada de demandas e dúvidas.

O mote destes 30 anos seguiu então em prol da manutenção do brincar e com o reconhecimento de que a luta é imprescindível! Temos 30 anos, mas queremos mais 30, e mais 30... E assim surgiu o “ECA + 30: a gente luta, a gente brinca”.

A partir de então, o CRP SP tem realizado discussões e articulações com a categoria, sociedade e outras entidades para compreender a realidade das crianças e adolescentes durante a pandemia. Fizemos uma roda de conversa e uma [live](#) denominadas “Criança e adolescente: prioridade absoluta na pandemia”. Organizamos um [relato sobre as principais questões](#) que atravessam a vida das crianças e adolescentes em tempos de pandemia e as estratégias as/os psicólogas/os em suas atuações. Elaboramos, junto ao Movimento Pela Proteção Integral de Crianças e Adolescentes, a “[Carta de comemoração dos 30 anos do ECA e a defesa da Proteção Integral como legado: desafios do presente e do futuro](#)”. O CRP SP, assim como o CFP, em interlocução com este movimento, tem procurado articular projetos de lei nacionais ou estaduais que digam respeito aos direitos e políticas públicas para essa população.

O CRP SP também possui representantes nos Conselhos Municipais de Direitos das Crianças e Adolescentes (CMDCA) de vários municípios e está sempre em diálogo com o CONANDA: o Conselho Nacional de Direitos das Crianças e Adolescentes, atualmente presidido pela psicóloga Iolete Ribeiro, representante do CFP. Na [live “30 anos do ECA e 58 anos da Psicologia: percursos e compromissos”](#), Iolete explica como tem sido a atuação do CONANDA. As dificuldades decorrentes de interferências do governo federal têm sido constantes. Um exemplo foi a suspensão da posse de conselheiras/os eleitas/os, na tentativa de inviabilizar a realização de plenárias.

É nesse contexto, portanto, que o ECA completa suas três décadas e que o CRP SP reafirma a importância da Psicologia nas pesquisas, reflexões e discussões a respeito das infâncias e adolescências, na defesa da aplicação dos artigos do ECA e demais legislações pertinentes. Compreendemos que desta forma tornaremos possível uma atuação crítica e comprometida que articule ciência psicológica, proteção, direitos e participação das crianças e adolescentes. Toda a sociedade deve estar comprometida com isto.

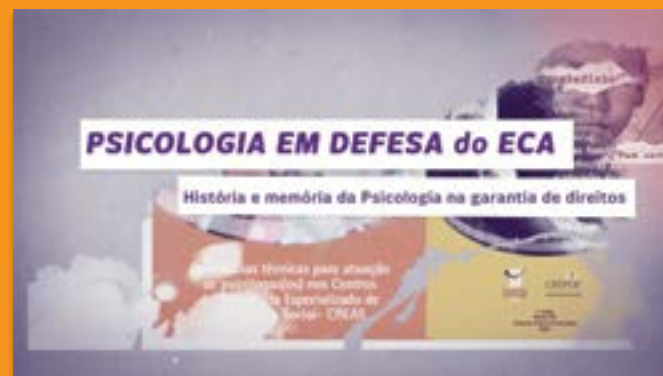
Para saber mais sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

Psicologia em Defesa do ECA

O documentário apresenta a trajetória de contribuições e reivindicações em que a Psicologia esteve presente durante a constituição do ECA até os dias de hoje. Reúne depoimentos de psicólogas/os que estão diretamente envolvidas/os - na pesquisa e em suas práticas cotidianas - com questões voltadas a crianças e adolescentes.

Assista no canal do CRP SP no YouTube

youtube.com/crpspvideos



Caderno de artigos



Caderno de Artigos dos 30 anos do ECA

Para marcar os 30 anos do ECA, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) lançou um caderno de artigos cujo intuito é problematizar os desafios para a consolidação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Os artigos instigam a reflexão para auxiliar profissionais e estudantes que atuam no Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes, na construção de práticas de proteção integral e promoção de direitos humanos.

Leia no site do Conselho Federal de Psicologia e nos canais do CRP SP.

site.cfp.org.br

www.crpssp.org

"O Começo da Vida 2: Lá Fora"

Como as conexões entre as crianças e a natureza podem revolucionar o futuro? O novo capítulo de "O começo da Vida" traz especialistas no tema para refletir sobre como essa relação se apresenta frente aos maiores desafios contemporâneos da humanidade. Promovido pelo Instituto Alana e Fundação Grupo Boticário, o filme teve lançamento em 12 de novembro em canais de TV e na plataforma VideoCamp.

www.videocamp.com/pt





Essa edição do Jornal Psi é dedicada
ao **Carlos Augusto de Oliveira**
(19/07/1963 - 11/09/2020)

Usuário de saúde mental, militante da Redução de Danos e Luta Antimanicomial, integrante de importantes projetos de Políticas Públicas.

Por décadas, foi presença assídua no CRP SP, frequentava reuniões, participava de debates e das plenárias.

Carlão, como era conhecido, era de luta, entendia de tudo um pouco e, mesmo sendo considerado louco pela psiquiatria normatizadora, sabia se posicionar nos diferentes espaços, sempre com pertinentes colocações.

Mais do que um colega de luta, Carlão se tornou um grande amigo e inspiração para todas e todos. Que seu legado e esperança por uma sociedade sem manicômios continue nos dando forças pra lutar contra qualquer tipo de violência e opressão.



Carlão, presente!
Por uma sociedade sem manicômios!

